



**Bloco de Esquerda
Maia**

**Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Exmo. Público Presente
Digníssima imprensa**

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013, ocorre num momento em que o programa da tróica está a terminar mas que nem por isso o drama para o nosso povo não tem fim à vista! O agravamento das condições de vida dos portugueses provocada pelas medidas recessivas impostas pela tróica e levadas a cabo pela maioria PSD/CDS que nos governa, em completa subserviência aos mercados e subserviência à Sra. Merkel impuseram e vão continuar a impor consequências dramáticas ao país que todos sentimos e com reflexos gravíssimos nos cidadãos Maiatos.

Com efeito, no nosso concelho, o desemprego é de cerca 16% da população ativa e nos jovens este flagelo é ainda mais grave e é já de cerca de 34%! E diminuiu fruto da emigração destes na busca de melhor futuro fora daqui!...

O número de empresas e pessoas insolventes continua a aumentar, o índice de pobreza também, as desigualdades são cada vez maiores, os salários e os rendimentos do trabalho são cada vez menores e depois de tudo isto, temos uma dívida em 3 anos de governança do PSD/CDS aumentada em 30.000 milhões, é esta a grande obra do governo e da troika!

Esta Assembleia acontece no dia 30 de Abril de 2014, amanhã teremos a comemoração do 1º de Maio, vivemos um momento de forte retrocesso nos direitos de quem trabalha e a pretexto das chamadas reformas do estado, tudo se retira que proteja os mais fracos, a precaridade é cada vez mais normal, o trabalho sem direitos e por qualquer preço é um objetivo conseguido pelo governo. Mas em sentido inverso as grandes fortunas dos mais ricos não para de aumentar vergonhosamente!

É isso, que a habitação, a saúde, o ensino, a cultura e as pensões passaram a ser considerados um custo e não um direito a que todos devemos ter acesso, tal como assegura a Constituição da Republica!

A pretexto da reforma do estado, que não tem sido mais do que cortes e desinvestimento, assistimos ao maior ataque de que há memória ao poder

autárquico, são propostas leis confusas que apenas diminuem o poder democrático decisivo dos Municípios e de outros órgãos autárquicos, aos quais são impostos autênticos garrotes financeiros que impedem ou limitam o seu funcionamento e em consequência de desenvolver os seus territórios e de criarem melhores condições de vida para as suas populações, como são exemplos concretos a necessidade urgente de requalificação da habitação social e até de novas habitações ou para infraestruturas viárias sem que aos municípios sejam dados meios financeiros para suprir tal carência.

Temos de recordar que a proximidade das autarquias dos cidadãos, o conhecimento dos problemas e a participação ativa e democrática dos cidadãos, ajudou a construir um país mais justo e equilibrado mas que com estas políticas está de novo a ser desmantelado e destruído, provocando uma cada vez maior despovoação do interior e empurrando centenas de milhares de portugueses para a emigração.

É neste contexto que a avaliação da prestação das contas referentes a 2013 se coloca, mas são as opções políticas que tudo podem definir. Isto é, ou somos subservientes perante o poder e aplicamos e/ou executamos sob o ponto de vista meramente contabilístico um orçamento que nos é imposto por uma política, ou temos a coragem de politicamente definirmos estratégias de investimento de acordo com as necessidades efetivas do povo e do nosso concelho.

Nós, no Bloco de Esquerda, reconhecemos alguns aspetos positivos nas contas aqui apresentadas, nomeadamente no que diz respeito ao apoio social, ao ensino e até no esforço de redução da dívida da autarquia que tem sido significativo.

Mas mesmo assim, esta última à custa de quê? De um desinvestimento brutal, que a continuar assim vai deixando por cumprir necessidades fundamentais, tais como a reabilitação urbana, de que é exemplo a degradação dos imóveis sociais como o Bairro do Sobreiro, Arroiteia entre outros que continuam em acelerada degradação, colocando em causa as condições de habitação destes maiatos, ou e continuando a adiar a necessidade de um aumento do apoio as famílias e particularmente aos idosos.

Como sempre temos afirmado a ação política corresponde a opções e estratégias que coloquem em primeiro lugar a resolução dos problemas das pessoas e o BE não esteve de acordo com as Opções e Plano propostas pelo executivo, isto porque a opção austeritária por opção do executivo no nosso concelho, naturalmente produzem os mesmos resultados dos que no país todos sentimos. E Isto, os números demonstram-no de forma inequívoca, o relatório de gestão do executivo demonstra com clareza um trabalho de mera gestão corrente e pouco mais.

A APRECIACÃO QUE FAÇO SEGUIDAMENTE DEMOSTRA ISSO MESMO.

Assim:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2013 confirmam, mais uma vez, a denúncia que ao longo dos tempos vimos fazendo. Os orçamentos elaborados do município têm sido sistematicamente assentes

em previsões de receitas completamente irrealistas, constantemente desmentidas pela realidade da execução.

2. Não é para nós nenhuma surpresa apesar de ser cada vez menor, mais uma vez o grau de concretização do orçamentado, foi de apenas 76,5%, para um orçamento de 73.566.400,00 € o executado foi de apenas 56.266.483,00 €, uma diferença de mais 17 Milhões de euros! Isto é a confirmação de que quando reprovamos o orçamento fizemo-lo com a certeza de que o mesmo apesar de cada vez mais diminuto é mesmo assim irrealista, e mais uma vez tivemos razão.
3. Recordo aqui números de 2011, referentes à receita de capital prevista, 29.062.951 milhões de euros, o valor efetivamente executado foi de 5.968.641,00€, demonstram um falhanço enorme, apenas 20% do valor previsto e que é recorrente na execução referente a 2012, isto é, para uma receita prevista de 13.925.511,€ o valor efetivamente concretizado foi de apenas 4.268.392€ um grau de concretização de pouco mais de 30%! Em 2013 numa primeira previsão foi de 16.355.273 para no final ser de 9.439.938 € e a execução mesmo assim ser de apenas 1.764.133€! Apenas 18,69% de grau de cumprimento! Estes números refletem bem a difícil situação económica na realidade do nosso concelho. Por isso é inevitável que mudemos de vida e quanto antes! Verifica-se ainda que, no que diz respeito ao orçamento das receitas correntes, as mesmas atingiram um grau de cumprimento de cerca de 94,6%. Aqui é bem mais fácil a previsão, mas mesmo assim, para os previstos 57.337.590€, a execução ficou-se pelos 54.380.650€.
4. Em termos de previsão e planeamento do nosso executivo estamos de facto na média negativa dos anteriores orçamentos e contas. Isto é, a margem de erro está recorrentemente entre os 50 e os 60%. São disso exemplo os números que dizem respeito às despesas de capital que como é óbvio espelha a falta de investimento do município de alguns anos para cá apenas é traduzida na mera gestão corrente e pouco mais...2013 foi mais uma vez um ano para esquecer. Os números são avassaladores dos 27.272.010,€ a execução foi de apenas 16.366,347€! Cerca de 60% do previsto! As receitas próprias do município são um indicador importantíssimo e quanto a essas, a tendência sistemática é de decréscimo significativo! Isto demonstra claramente uma desaceleração constante com consequências no desenvolvimento económico da Maia e é por isso preocupante a acrescida incapacidade do executivo em gerar receitas que permitam o crescimento e o progresso do nosso concelho.
5. Por isso dizemos, se a receita da Câmara continuar a estar fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos diretos cobrados aos cidadãos maiatos com foi exemplo no IMI, quando este diminui, (e ainda bem), porque facilitou de algum modo a vida de alguns maiatos, mas também noutros como a Derrama! O quadro complica-se e se não houver alternativas de receitas! Com a crise económica e o errado princípio do modo como é aplicada a política de cobrança de derrama, as alternativas são cada vez mais escassas. Acresce a tudo isto o

esgotamento das engenharias financeiras através da criação dos fundos imobiliários que levaram à antecipação e a perspectiva de receitas futuras esfumou-se, e assim naturalmente claro o que o princípio que o município seguiu, evidencia cada vez de modo mais claro que foi errada a opção fácil de arrecadação fictícia de receitas que e agora são impossíveis de concretizar! Aliás passaram é a pesar negativamente nos resultados operacionais do executivo. Daí o recuo cada vez mais evidente na capacidade de investimento da nossa autarquia em claro processo de desaceleração de atividade. Aliás referido pelos técnicos na página (41), quando referem “ a manter-se esta orientação, poderá, no futuro, condicionar a gestão orçamental e a atuação do executivo nas diversas áreas de intervenção municipal” citei.

Claro que referimos como positivo a amortização da dívida da dívida da autarquia, mas essa, tem vindo a acontecer à custa do desinvestimento constante na Maia.

- 6. Naturalmente que a política austeritária do governo com os sucessivos cortes nos rendimentos das pessoas e o subfinanciamento das autarquias soma cada vez mais degradação na economia local e nos cidadãos da Maia, pelo que os danos poderão vir a ser irreparáveis durante muitos anos se não conseguirmos impor uma alteração de paradigma na atual política. Não será possível melhorar este estado de coisas. A oportunidade está aí, sejamos coerentes e corajosos porque a alternativa é possível e existe!**

- 7. Naturalmente, e compreendendo que no atual quadro de dificuldades a gestão financeira nunca se apresentará com facilidades, temos de afirmar que apesar disso não nos revemos nas opções do atual executivo. Reconhecemos que a Maia deu no passado passos importantes em muitos aspetos, e agora com a diminuição do peso da dívida da autarquia, mas que com consequências evidentes, o forte desinvestimento evidenciado nos últimos anos está a colocar em risco alguns aspetos fundamentais para a vida dos maiatos, dou como exemplo a degradação da habitação social, com particular ênfase no Bairro do Sobreiro, a dificuldade de mobilidade entre freguesias por falta de transportes. Estes e outros argumentos motivaram a reprovação das Grandes Opções do Plano, e naturalmente não porque as contas estejam incorretas mas, porque a política é feita de opções e escolhas corajosas e como sempre temos dito, as nossas seriam bem diferentes! Por isso, não poderemos votar favoravelmente esta prestação de contas.**

**Grupo Parlamentar do BE
Assembleia Municipal**

Maia, 30 de Abril de 2014

Silvestre Pereira

António Neto